



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 142

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 176ª SESSÃO, EM 8 DE OUTUBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 261/91 (nº 530/91, na origem), restituindo autógrafa do projeto de lei sancionado.

— 1.2.2 — Aviso do Secretário-Geral da Presidência da República.

— Nº 1.074/91, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre quesitos constantes do Requerimento nº 425/91, de autoria do Senador Esperidião Amin.

1.2.3 — Leitura de Projeto

— Projeto de Resolução nº 78/91, de autoria do Senador Pedro Simon, que cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 78/91, lido anteriormente.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 701/91, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam prestadas pelo Ministério do Exército, informações que menciona.

— Nº 702/91, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam prestadas, pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

— Recebimento, da Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste — ASTN, manifestação contrária à aprovação de dispositivos que menciona ao Projeto de Lei da Câmara nº 50/87, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas e dá outras providências.

— Deferimento dos Requerimentos nºs 691 a 694, de 1991, da Senadora Marluce Pinto e dos Senadores Esperidião Amin e Teotônio Vilela Filho, respectivamente, lidos em 4 do corrente.

1.2.7 — Discursos do Expediente

— SENADOR OZIEL CARNEIRO — Falecimento do ex-Deputado Estadual José Maria Lins de Vasconcelos Chaves.

— SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Reportagem do último número da Revista *Veja* sobre o episódio do leilão da Usiminas, ocorrido no Rio de Janeiro. Acusação contra o Deputado José Dirceu — PT, em notícia veiculada na revista *ABC Político*.

— SENADORA JÚNIA MARISE — Homenagem ao Jornal *O Estado de Minas* pela política de integração dos municípios do Estado e pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

— SENADOR NELSON CARNEIRO — Intenção do Governador Leonel Brizola de extinguir até o final do ano a Companhia do Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COPERJ).

1.2.8 — Requerimento

— Nº 703/91, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, dos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, edições dos dias 3 e 4 de outubro corrente, de autoria respectivamente, de Dom Marcos Barbosa e Dom José Carlos de Lima Vaz, comemorativos do centenário de nascimento do escritor católico Jackson de Figueiredo.

1.2.9 — Comunicação

Do Sr. Teotônio Vilela Filho, que se ausentará do País, no período de 6 a 11 de outubro de 1991.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

1.2.10 — Requerimentos

— Nº 704/91, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução nº 76/91, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. **Aprovado.**

— Nº 705/91, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Nelson Carneiro, Marco Maciel e Humberto Lucena.

— Nº 706/91, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 84/91 (nº 1.450/91, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação das seções judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços de Justiça Federal de 1º Grau e dá outras providências. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Marco Maciel. À sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 82/91, que susta os Atos Normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas. **Discussão adiada** para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 707/91, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena, Odacir Soares e Maurício Corrêa.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONAN TITO — O papel do Estado na economia e na sociedade.

SENADOR CID SÁBÓIA DE CARVALHO — Comentários sobre a Medida Provisória nº 299/91. Defesa da manutenção do texto atual da Constituição.

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder — Caminhada de trabalhadores sem terra rumo a Presidente Prudente — SP, em luta pela reforma agrária.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Comemorações pela passagem do 1º centenário de nascimento do escritor sergipano Jackson de Figueiredo.

SENADOR ODACIR SOARES — Política de transportes. Implantação do sistema hidroviário de transporte no Brasil.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Números registrados pela última pesquisa **DataFolha** — 15 de setembro, de avaliação da administração do Presidente Collor nos dezoito meses de governo.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, denunciando violência contra agricultores no sul do Pará.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Considerações sobre licitação de obra de saneamento básico em Florianópolis — SC.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÃO**

— Ata da 115ª Sessão, realizada em 5-8-91

3 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 726 e 727, de 1991

4 — MESA DIRETORA**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 176ª Sessão, em 8 de outubro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Dirceu Carneiro e Lucídio Portella

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marize — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavour — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Roman Tito — Ruy Bacelar — Telmo Vieira — Valmir Campelo — Wilson Martins

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafo do Projeto de Lei sancionado:

Nº 261/91 (nº 530/91, na origem), de 7 de outubro corrente, referente ao Projeto de Lei nº 16/91-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$578.256.000,00 para os fins que especifica".

Projeto que se transformou na Lei nº 2.241, de 7 de outubro de 1991.

AVISO DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 1.074, de 7 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre quesitos constantes do Requerimento nº 425, de 1991, de autoria do Senador Esperidião Amin.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1991

Cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB), em caráter permanente.

Art. 2º A Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira será integrada por 27 (vinte e sete) membros.

Art. 3º A Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira compete:

I — realizar, de iniciativa própria ou por solicitação daquelas, audiências públicas com entidades da sociedade civil, para instruir matérias em apreciação pelo Senado ou tratar de assunto de interesse público relevante;

II — realizar estudos e determinar pesquisas que orientem as ações do Senado em relação às expectativas globais ou específicas da sociedade;

III — estabelecer e manter canais de comunicação permanente e organizada com as chamadas organizações não governamentais (ONG) para o intercâmbio de opiniões sobre questões específicas colocadas ao exame do Senado e receber proposições sobre assuntos de iniciativa do Legislativo;

IV — receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, e diligenciar que sejam verificadas e, se for o caso, atendidas, dando ciência aos solicitantes sobre as providências tomadas;

V — fixar princípios e normas de relacionamento do Senado com os órgãos de comunicação;

VI — estimular a implantação de mecanismos de fiscalização dos atos do Governo, valendo-se do concurso de entidades da sociedade civil organizadas e dos recursos da Casa;

VII — exercer as funções de Corregedoria do Senado Federal.

Art. 4º As competências do art. 90, incisos II, IV e XIII, em consonância com as disposições dos artigos 93, 94, 95 e 96 do Regimento Interno do Senado Federal, serão exercidas pela Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira e, supletivamente, pelas demais comissões, segundo a matéria objeto de exame.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As relações entre o Senado Federal e a Sociedade Brasileira se processam, na prática, com a intermediação, nem sempre isenta, da mídia.

Com efeito, salvo o relacionamento "inter pares" verificado no dia-a-dia dos trabalhos parlamentares e as comunicações fortuitas entre Eleitor e Eleito, pouco escapa à mídia oligopolista.

E mais, o parlamento — onde individualizamos o Senado Federal — particulariza suas atenções no trato das relações internacionais quando cria uma comissão permanente — a de Relações Exteriores e Defesa Nacional — ao mesmo tempo que descarta das "relações internas", talvez por entender que elas se diluam entre as atribuições dadas às demais comissões.

Se este é o entendimento, acreditamo-lo equivocado. Se a omissão é consciente e atribuída à idéia de desimportância do tema, O equivoco se torna ainda mais flagrante.

As grandes empresas e corporações nacionais e internacionais dão status de primeiro nível aos órgãos de relações públicas, comunicação social ou "marketing", preocupadas em manter, em alto padrão, suas relações com a clientela atual e potencial.

Para o Senado Federal, essa "clientela" se traduz na própria sociedade global, pois que vai além do universo dos cidadãos eleitores.

Ouvir diuturnamente a sociedade e por ela serem ouvidos, sentir-lhe os reclamos, indagar de suas expectativas, seus anseios, opiniões e impressões, são tarefas indelegáveis de seus representantes no parlamento. E, para fazê-lo bem é preciso implantar os mecanismos para que isto se faça de forma organizada e institucionalizada. Necessário, ainda, que a preocupação vá além dos cuidados com a aparência, a imagem, o "marketing". É fundamental transformar o cliente (a sociedade, portanto) em parceiro do nosso processo de aperfeiçoamento, já que esta mesma sociedade é a razão de ser e o objeto de toda a preocupação de uma Casa do Parlamento.

Também não se trata de ouvir com a intermediação de terceiros, nem mesmo de apenas ouvir e providenciar uma resposta impessoal e distante. Há que ouvir e falar, ser indagado e responder, interpelar e obter respostas. Enfim, dialogar. Direta e pessoalmente sempre que possível. Usando de mecanismos vários, dentre os quais o ideal é o diálogo face a face em audiências aos cidadãos; individualmente ou por representantes em associações de grupo, classes, etc.

As respostas que se derem à sociedade, as promessas que se fizerem, as expectativas que se criarem deverão refletir o entendimento de um grupo de Senadores que receba delegação de seus pares para falar em nome da Instituição.

Com este intuito, é que submetemos ao exame do duto Plenário da Casa o presente Projeto de Resolução, que institui, em caráter permanente, a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira.

Sua tarefa será suprir funções e atribuições que, por serem de todas as comissões, acabam não sendo de nenhuma. E, ainda, desempenhar outras cujo exercício não foi cogitado ou que não se encontram em foro adequado ao seu desempenho.

Nossa expectativa, ao submetermos esta proposição à deliberação de Vossas Excelências, é de que, acolhida, venha a dotar esta Casa de um fórum propício ao contato permanente, organizado e institucionalizado com a sociedade em geral. Desse intercâmbio de idéias, propostas, sugestões e informações, esperamos os melhores resultados, materializa-

dos em relações mais profícuas com a sociedade em geral, mais amadurecidas e corretas com a mídia nacional, mais transparentes e objetivas com a sociedade organizada e mais engajada e produtiva nas suas intervenções em geral.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto de resolução que acaba de ser lido ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno, sendo em seguida despachado às comissões competentes. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 701 de 1991

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro do Exército as seguintes informações:

1 — Tem o Ministério do Exército, ou qualquer de suas empresas, participação no capital acionário da Engesa sob qualquer forma?

2 — Em caso afirmativo, especificar a composição acionária, bem como informar os fundamentos legais que basearam a assunção de responsabilidades financeiras por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, junto à Engesa.

3 — Qual a situação atual dos contratos existentes entre a Engesa e esse Ministério ou qualquer de suas empresas?

4 — Listar todos os pagamentos efetuados, a qualquer título, no exercício de 1990 e até a presente data por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, à Engesa.

5 — Listar todas as operações financeiras realizadas pela Engesa em que esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, foi avalista, especificando credores e montantes negociados.

Justificação

Uma das grandes bandeiras do atual governo federal é a defesa da tese da privatização das empresas estatais, pela qual vem tentando implementá-la, até mesmo, utilizando-se de medida provisória.

Estranhamente, conforme o noticiado pelo jornalista Jânio de Freitas, no Jornal *Folha de S. Paulo*, de 2-10-91, pág. 1.5, o governo providencia a estatização de uma grande empresa privada, a Engesa, ao custo de meio bilhão de dólares. Ressalta o jornalista tratar-se, outra vez, de socorro dos cofres públicos a uma empresa privada em situação tecnicamente falimentar. Como demonstra a proposta orçamentária para 1992, em tramitação no Congresso Nacional, e de acordo até mesmo com declarações das autoridades econômicas e a execução financeira do Tesouro deste exercício é notório que o governo não dispõe de recursos sequer para arcar com seus encargos prioritários.

Como então justificar que ante tal situação de crise possa o governo cogitar em assumir gastos financeiros de discutível retorno social.

Este requerimento torna-se necessário na medida em que o Senado precisa ter informação oficial sobre eventuais riscos da aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(A Comissão Diretora)

REQUERIMENTO Nº 702 de 1991

Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento as seguintes informações:

1 — Tem o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ou qualquer de suas empresas, participação no capital acionário da Engesa sob qualquer forma?

2 — Em caso afirmativo, especificar a composição acionária, bem como informar os fundamentos legais que basearam a assunção de responsabilidades financeiras por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, junto à Engesa.

3 — Qual a situação atual dos contratos existentes entre a Engesa e esse Ministério ou qualquer de suas empresas?

4 — Listar todos os pagamentos efetuados, a qualquer título, no exercício de 1990 e até a presente data por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, à Engesa.

5 — Listar todas as operações financeiras realizadas pela Engesa em que esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, foi avalista, especificando credores e montantes negociados.

Justificação

Uma das grandes bandeiras do atual Governo Federal é a defesa da tese da privatização das empresas estatais, pela qual vem tentando implementá-la, até mesmo, utilizando-se de medida provisória.

Estranhamente, conforme o noticiado pelo jornalista Jânio de Freitas, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 2-10-91, pág. 1.5, o governo providência a estatização de uma grande empresa privada, a Engesa, ao custo de meio bilhão de dólares. Ressalta o jornalista tratar-se, outra vez, de socorro dos cofres públicos a uma empresa privada em situação tecnicamente falimentar. Como demonstra a proposta orçamentária para 1992, em tramitação no Congresso Nacional, e de acordo até mesmo com declarações das autoridades econômicas e a execução financeira do Tesouro deste exercício é notório que o governo não dispõe de recursos se quer para arcar com seus encargos prioritários.

Como então justificar que ante tal situação de crise possa o governo cogitar em assumir gastos financeiros de discutível retorno social.

Este requerimento torna-se necessário na medida em que o Senado precisa ter informação oficial sobre eventuais riscos da aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216 do inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu, da associação das indústrias de sucos tropicais do Norte e Nordeste — ASTN, manifestação contrária à aprovação de dispositivos que mencionam o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1987, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

O expediente será anexado ao processado da matéria.

É o seguinte o expediente recebido:

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SUCOS TROPICAIS DO NORTE E NORDESTE — ASTN

Aracaju SE, 26 de setembro de 1991

Exmº Senhor Senador
Mauro Benevides
MD Presidente do Senado Federal
Brasília — Distrito Federal
Excelência,

Projeto de Lei das Bebidas — Fazemos referência ao parecer do Senador Maurício Corrêa sobre as Emendas de Plenário de nº 01 a 04 apresentadas ao substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos ao projeto em epígrafe.

2. Tendo em vista que o parecer do Senador Maurício Corrêa, favorável à aprovação da Emenda nº 02 do Senador Bisol, contraria frontalmente os interesses de todos os membros da ASTN — Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste, vimos apelar para a valiosa intercessão de V. Exª no sentido de fazer aprovar a seguinte redação do artigo sobre sucos, que está incluído ao referido projeto de lei.

“Art. 5º Suco ou sumo é a bebida extraída da fruta ou parte do vegetal de origem, por processamento tecnológico adequado, não fermentada, de cor, aroma e sabor característicos, submetida a tratamento que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo.”

3. Quanto aos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da Emenda do Senador Bisol, eles fazem parte dos Padrões de Identidade e Qualidade dos Sucos e serão atendidos na regulamentação da referida lei. Além do mais, os Padrões de Identidade e qualidade dos Sucos, bem como das demais bebidas, estão sujeitas a mudanças com o passar do tempo, de forma a melhor acompanhar a evolução do mercado. Assim sendo, eles não podem estar presentes na lei, que possui uma mutabilidade muito menor. Cabe lembrar a atual Lei das Bebidas, aprovada a mais de 18 anos.

4. Antecipamos, agradecimentos a V. Exª em nome de nossa Associação e aproveitamos do ensejo para renovar os protestos de nosso respeito e consideração.

Saudações..... — **Carvalho Prado**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 43, § 2º, do Regimento Interno, defere, na presente data, os Requerimentos nº 691 a 694, de 1991, da Senadora Mauluce Pinto e dos Senadores Esperidião Amin, José Eduardo e Teotônio Vilela Filho, respectivamente, lidos em 4 do corrente, por não terem sido votados em duas sessões consecutivas, devido à falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com profundo pesar que trago ao conhecimento da Casa a notícia de que faleceu ontem, em Belém, aos 81 anos de idade, o ex-Deputado Estadual José Maria Lins de Vasconcelos Chaves, que chegou a ocupar o cargo interino de Governador do Estado e de Presidente da Assembléia Legislativa.

Filho de Alfredo de Vasconcelos Chaves e Maria do Carmo Lins Chaves, o ex-Deputado José Maria Chaves nasceu em Belém, no dia 30 de dezembro de 1909. Diplomou-se em Medicina em 24 de outubro de 1931, pela Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se, posteriormente, em saúde pública. Foi médico sanitarista da Secretaria de Saúde Pública do Estado e professor da Faculdade de Medicina do Pará.

José Maria Chaves, como era mais conhecido em minha terra, era casado em segundas núpcias com a Sra. Maria de Nazaré Chaves. Do seu primeiro casamento com a Sra. Rosa Freire Chaves, o ex-Deputado Teve doze filhos dos quais três são falecidos. José Maria Chaves foi eleito Deputado pela primeira vez aos 38 anos de idade, pela legenda do PTB, nas eleições de 1947.

Em 1948, já deixava a legenda do partido do Presidente Getúlio Vargas para ingressar no Partido Social Progressista de Adhemar de Barros. Em 1950, organizou, com outros políticos de oposição, em meu Estado, a coligação democrática paraense, para fazer oposição ao Partido Social Democrático, do General Magalhães Barata. Foi reeleito em 1950 e eleito novamente em 1962.

Finalmente, foi eleito para o quarto mandato em 1971, já pela legenda do PMD, tendo nascido aí a liderança de oposição, e assumindo o seu papel de líder de oposição ao governo militar na Assembléia Legislativa em meu Estado.

Em 1963, escolhido Líder do PSP na Assembléia Legislativa do Estado, José Maria Chaves renunciou, alegando segundo o publicado no jornal *O Liberal*, impossibilidade de tornar efetivo o agrupamento dos componentes dessa representação partidária, em torno de idéias e comportamentos parlamentares uníssonos.

O ex-Deputado José Maria Chaves marcou sua carreira política pelo inconformismo e pela sua vocação para tornar-se Oposição. Ao anunciar hoje, aqui no Senado, o seu falecimento — como já disse, ocorrido ontem em Belém do Pará — além de render o meu tributo e publicamente reconhecer-lhe os enormes serviços prestados ao meu Estado, desejo externar à D. Maria de Nazaré Chaves e aos nove filhos do ex-Deputado José Maria Chaves minhas condolências pessoais, assim como os votos de pesar do meu Partido, o Partido Democrático Social.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa reportagem publicada na Revista *Veja*, na edição que entrou em circulação a partir deste domingo, onde se aborda, uma vez mais, a confusão havida às portas da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, quando da frustrada tentativa de privatização da USIMINAS.

Na semana passada, neste plenário, tivemos oportunidade de dialogar com o Senador Maurício Corrêa, justamente a respeito da omissão da Polícia do Estado do Rio de Janeiro quando do episódio. Gostaríamos de remeter a S. Ex^a, a quem muito estimamos, o texto dessa reportagem, para que, com o relacionamento que tem com a Polícia do Rio de Janeiro, S. Ex^a possa informá-la corretamente, inclusive a respeito da identidade dos baderneiros, que a polícia até hoje não conseguiu levantar, mas que se encontra perfeitamente identificada

no texto da reportagem, com nome, local de trabalho e outras informações. Acredito que elas deveriam ser enviadas ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, para que delas tomasse conhecimento. Esta é a primeira comunicação que fazemos à Casa.

A outra, Sr. Presidente, diz respeito a uma informação que recebemos, através de um colega que esteve recentemente em Buenos Aires, de uma publicação da Revista *ABC Político*. A reportagem está a merecer a atenção desta Casa, porque traz uma grave acusação contra um membro do Congresso Nacional. No artigo "A KGB e a CIA em Buenos Aires", a revista diz que o Deputado Federal José Dirceu, do PT, portanto, companheiro nosso de Congresso, a se acreditar em documentos apreendidos recentemente quando do frustrado golpe contra o Presidente Gorbatchev, na União Soviética, seria um elemento da KGB encarregado de ações no Brasil e na Argentina.

Estes eram os dois temas que queríamos levantar aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consulta o nobre Senador Ronan Tito se S. Ex^a deseja falar antes da Ordem do Dia.

O SR. RONAN TITO — Após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: nesses tempos de crise, de recessão e de desconfiança, quando as forças vivas da sociedade mostram-se inseguras e desorientadas, e o empresariado confunde prudência com imobilismo, aprez-me saudar desta tribuna o jornal *Estado de Minas*, que está executando um audacioso e meritório projeto de integração de todas as regiões daquela Unidade Federativa, que nesta Casa tenho a honra de representar.

Cumprindo longa trajetória de serviços prestados à comunidade mineira e a todo o País, o *Estado de Minas* revela o dinamismo de sua administração ao integrar todos os municípios do Estado, dos mais ricos aos mais pobres, dos mais próximos aos mais longínquos, pela comunicação impressa e eletrônica.

Essa tarefa, que, na realidade, o periódico já há muito se impusera — por ser o mais tradicional e de maior circulação no Estado —, ganha agora maior relevância, com a inauguração de novas sucursais e a criação de suplementos especiais, estes sob a direção do competente jornalista Marton Victor dos Santos, objetivando atender à demanda regionalizada de informações.

Na semana passada foram duas as regiões aquinhoadas: o Sul do Estado, que passou a ter cobertura diária e mais eficiente por intermédio da Sucursal de Varginha; e o Triângulo, que também já conta com os serviços especializados de jornalistas, publicitários e administradores da Sucursal de Uberlândia, cujos trabalhos abrangerão também as regiões do Alto Paranaíba e Nordeste. A presença de numerosas autoridades e de populares em ambas as inaugurações é prova eloqüente do apreço que tem os mineiros por esse conceituado periódico, e incontestável reconhecimento do alcance desse projeto de integração, que contribuirá para a preservação de um Estado unido, solidário e consciente de sua importância no cenário nacional.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senadora, permite V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Quando V. Exª se congratula com o jornal Estado de Minas, que atinge todo o universo geográfico do Estado que V. Exª dignifica, ao representá-lo na Câmara Alta do País, desejo agregar-me a essas congratulações. O Estado de V. Exª simboliza, para todos nós oriundos de outras regiões deste País continental, aquilo que de mais representativo a sociedade brasileira apresentou ao longo dos séculos. Minas Gerais, sempre retratou o equilíbrio, a sensatez e a ponderação. Não conheço, na História do Brasil, nenhum retrocesso de ordem política, nem de ordem econômica, quando o nosso País teve a felicidade de ser governado por um mineiro. Ao longo da História, os Presidentes oriundos de Minas Gerais sempre foram modelos de dignidade, de honradez e de seriedade. E o jornal Estado de Minas sintetiza toda essa gama de sentimentos que o Estado de V. Exª provoca em todos nós, brasileiros. Solicito V. Exª que estenda as minhas congratulações à direção desse jornal, porque V. Exª dignifica o Estado de Minas Gerais. Para nós, seus companheiros do Senado da República, V. Exª não somente representa a lhanza e a fidalguia, que são características da sua atividade parlamentar, mas, principalmente, V. Exª traduz a combatividade, a persistência e o sentimento de ânimo, que são a tônica da personalidade mineira. Meus parabéns! Que V. Exª continue, com esse espírito de combatividade, não estão querendo impingir ao nosso País. Na trincheira, combatendo o bom combate, enfrentando os desacertos e pugnando pelas causas justas, V. Exª exalta não apenas Minas Gerais, mas também a inteligência e a sensibilidade da mulher brasileira.

A SRA. JÚNIA MARISE — Nobre Senador Divaldo Suruagy, ao incorporar as palavras de V. Exª a este pronunciamento, que fazemos por um dever de honestidade e lealdade para com as questões que digam respeito aos interesses do nosso Estado, aos interesses dos mineiros, eu gostaria de agradecer, em nome de toda a direção dos Diários e Emissoras Associadas de Minas Gerais e, acima de tudo, dos nossos companheiros jornalistas que integram as redações do jornal O Estado de Minas, O Diário da Tarde, a T.V. Alterosa, a Rádio Guarani, enfim, de todos aqueles que, no cotidiano, estão fazendo o melhor na sua dedicação, no seu trabalho para o fortalecimento da imprensa do nosso Estado.

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ainda esta semana, dia 11, o Estado de Minas estará inaugurando sua terceira sucursal, prevista no projeto de integração. Desta vez estará atendendo a Zona da Mata, com a instalação de suas equipes na progressista Juiz de Fora, onde já mantinha uma representação de menor porte. O Vale do Rio Doce e a região Norte serão, também, beneficiadas nesse processo de interiorização, principalmente com a inauguração das sucursais de Governador Valadares e Montes Claros, ainda este ano.

O Sr. Marco Maciel — Permite V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marco Maciel — Ilustre Senadora Júnia Marise, quero associar-me, em rápidas palavras, à manifestação que faz V. Exª a respeito do Estado de Minas, prestigioso jornal da imprensa brasileira e, de modo especial, dos trabalhos

que, neste momento, o referido jornal realiza com vistas a ampliar sua circulação no interior do Estado, que é um interior de muita significação, quer do ponto de vista social, quer no ponto de vista econômico. Quero dizer a V. Exª que, embora pernambucano, nordestino, sinto-me entre aqueles que lêem ou buscam ler o Estado de Minas, e aprecio muito a sua linha editorial. É um jornal que pertence à chamada Rede Associada, e tem uma linha de conduta que exalta muito bem os valores mineiros: a liberdade, a democracia, a justiça social, e que insere, em suas páginas, ao lado de notícias, muitas matérias assinadas de alto nível, o que, de alguma forma, ajuda a dizer muito bem do pensamento mineiro, da sociedade mineira. Daí por que, como eu disse, numa breve interrupção ao discurso que V. Exª faz nesta tarde, eu gostaria de me congratular com as palavras que V. Exª profere sobre o Estado de Minas e, aproveitar a ocasião para, por intermédio de V. Exª, levar aos seus dirigentes, jornalistas, servidores votos de que o Estado de Minas continue nessa sua atividade, continue a progredir em seus trabalhos, porque isso não interessa só ao seu valoroso Estado, o Estado de Minas Gerais, mais interessa muito ao País. Uma boa imprensa é fundamental para que nós tenhamos uma boa prática democrática. E Minas, que um deu tantos exemplos ao longo da história, tem, no Estado de Minas, um dos seus valores maiores.

A SRA. JÚNIA MARISE — Nobre Senador Marco Maciel, esteja certo V. Exª de que não só os mineiros, mas sobretudo a imprensa do nosso Estado, especialmente o Estado de Minas, a Rede Associada têm por V. Exª um profundo respeito e, acima de tudo, pelo trabalho e pela ação política que V. Exª vem desenvolvendo ao longo dos anos neste Senado da República. Tenho certeza de que as palavras de V. Exª, enaltecendo nesta tarde a oportunidade e a determinação com que a direção e todo o corpo jornalístico dos Diários Associados, em Minas Gerais, estão empreendendo no sentido de ampliar a sua ação por todo o Estado, por todas as regiões de um Estado que tem exatamente uma dimensão continental, como é Minas Gerais, com os seus 723 municípios. Por isso mesmo, a grande preocupação neste momento, e que merece de todos nós aplausos, é exatamente por essa determinação de fazer com que o jornal tenha, acima de tudo, o acesso, e procure, mais do que nunca, levantar e se identificar com a opinião e com o sentimento de todo o nosso Estado.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora, no momento em que V. Exª enaltece a trajetória do Estado de Minas, com mais etapas, que certamente representarão um desafio para esse prestigioso órgão da imprensa brasileira, sinto-me no dever de associar-me a essas homenagens que se presta a um órgão que já capitalizou a simpatia e o respeito da opinião pública brasileira. Recordo-me que, com mais anterioridade, numa das primeiras visitas que fiz a Minas Gerais, aí, pela década de 60, visitando o Estado de Minas, dirigido naquela ocasião pelo Dr. Paulo Cabral de Araújo, conversei longamente com um dos mais apreciados articulistas que tinha espaço cativo no Estado de Minas, o ex-Deputado e Professor Alberto Deodato, um dos vultos exponenciais de Minas Gerais, embora nascido em Sergipe, que mantinha uma coluna no jornal. Durante a minha recente estada em Belo Horizonte,

no último domingo, quando participei da Convenção Nacional do Comércio Lojista, fui abordado para uma entrevista pela equipe do Estado de Minas, e pude sentir que a linha editorial daquele importante órgão da imprensa brasileira, realmente, espelha todos os sentimentos de grandiosidade, de respeito à liberdade, ao direito, enfim, aquilo que nesse momento encare as aspirações maiores, não apenas do povo mineiro mas, de um modo geral, do povo brasileiro. Daí por que faço questão de render, neste aparte ao discurso de V. Ex^a, a minha homenagem aos que fazem o Estado de Minas, aos seus redatores, ao pessoal gráfico e, sobretudo, aos seus dirigentes Paulo Cabral de Araújo e Pedro Aguinaldo Fulgêncio.

A SR^a JÚNIA MARISE — Nobre Senador Mauro Benevides, nosso eminente Presidente desta Casa, V. Ex^a lembrou muito bem a presença do Dr. Paulo Cabral de Araújo que, durante muitos anos, esteve à frente da direção do Jornal Estado de Minas, e se transformou, inclusive, pela vontade dos mineiros, em cidadão honorário de Minas Gerais.

Hoje, na condição de Presidente do Condomínio dos Diários e Emissoras Associados, a presença do Dr. Paulo Cabral de Araújo tem sido das mais importantes de Minas Gerais, no sentido de estimular o desenvolvimento e a ampliação do jornal, em todo o Estado.

Mas quero lembrar, também, que Minas Gerais tem por V. Ex^a um apreço muito especial, V. Ex^a não tem faltado com Minas em todas as oportunidades, mesmo no momento em que, deixando de exercer a atividade política e como diretor do Banco do Estado de São Paulo, esteve em Minas Gerais, várias vezes, para lá instalar sucursais dessa instituição bancária, levando, assim, o incentivo, o benefício, o crescimento econômico-financeiro para Minas Gerais.

Portanto, esteja certo V. Ex^a que, no coração dos mineiros, V. Ex^a tem uma presença muito marcante.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, nobre Líder Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Quero também participar da homenagem que V. Ex^a presta ao Estado de Minas. Um dos órgãos líderes dos Diários Associados, o Estado de Minas tem se caracterizado pelo respeito a uma linha editorial de sentido tradicionalista, para não dizer conservadora, o que entretanto não lhe tira o mérito de ser um órgão de imprensa rigorosamente noticioso e independente que assume, através dos seus editoriais, posições bem definidas em torno dos problemas nacionais e locais, e veicula um noticiário que deixa sempre os seus leitores muito bem informados sobre tudo o que se passa no Brasil e no mundo. Ao tempo em que V. Ex^a, muito oportunamente, faz um pronunciamento neste plenário sobre o Estado de Minas, que foi um dos veículos criados nos Diários e Emissoras Associados pelo imortal paraibano, Assis Chateaubriand, um gênio criador. Faço uma menção honrosa, como dever de justiça — eu que me considero um pouco da família Associada, porque durante quatro anos em que tive sem mandato, no Rio de Janeiro, de 1970 a 1974, prestei modestos serviços ao Presidente do Condomínio Associado, querido Senador João Calmon, então Presidente — aos três associados que sempre pontificaram no Estado de Minas, ao Dr. Paulo Cabral, atual Presidente do Condomínio Acionário dos Diários Associados e, também, aos grandes jornalistas, Camilo Teixeira da Costa e Pedro Aguinaldo Fulgêncio que, pelo que conheço da História do Estado de

Minas, foram realmente as grandes alavancas do seu comando empresarial vitorioso. V. Ex^a como sempre atuante no Senado Federal, como o foi na Câmara dos Deputados, traz sempre à baila temas dos mais relevantes da atualidade brasileira e do seu Estado. Diria, aliás, nobre Senadora Júnia Marise, que V. Ex^a revive os grandes líderes da Minas Gerais. V. Ex^a no Congresso Nacional honra as tradições de Minas, e inspira-se nos seus maiores filhos, em homens como Afonso Arinos, Trancredo Neves e tantos outros que serviram de exemplo àqueles que fazem vida pública neste País. Tenho certeza que V. Ex^a continuará, nesta Casa, não só hoje com a homenagem que presta ao Estado de Minas, mas, como sempre, correspondendo as expectativas de sua gente, daqueles que lhe deram a merecida promoção de Deputada Federal para Senadora da República. Meus parabéns a V. Ex^a

A SR^a JÚNIA MARISE — Muito obrigada, nobre Líder, Senador Humberto Lucena, pelas palavras de V. Ex^a, que passam, também, a incorporar o nosso pronunciamento, tenho certeza, serão confortadoras para aqueles que hoje dirigem o jornal Estado de Minas.

Continuando, Sr. Presidente, o papel da imprensa, Srs. Senadores, dispensa maiores comentários. A imprensa livre e responsável é guardiã dos direitos sociais, é fomentadora do progresso, é instrumento gerador de riquezas, é sinônimo de democracia. Ao longo dos seus 63 anos, o jornal Estado de Minas acompanhou o crescimento das cidades, promoveu o intercâmbio das idéias, divulgou a cultura e refletiu o pensamento político de uma plêiade de homens notáveis, identificando-se com o povo mineiro de tal forma que o seu nome só poderia mesmo fazer eco à própria denominação da unidade federativa.

Nesse projeto de interiorização, o Estado de Minas vem estreitar sua relação com aqueles cidadãos que, hoje, reivindicam participação mais ativa na vida da comunidade. Assim, pode o jornal não apenas informar melhor interpretar seus anseios e suas reivindicações. É com satisfação, portanto, que registro o empenho desse periódico em aprimorar um trabalho que já desenvolve com eficiência, na defesa dos interesses de Minas, na divulgação de sua cultura e na promoção do seu desenvolvimento.

Nessa tarefa de integrar o jornal Estado de Minas, merece destaque especial a determinação dos jornalistas Camilo Teixeira da Costa, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, do editor-chefe Roberto Elísio e de todos os jornalistas que compõem, hoje, a redação do jornal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso da Sr^a Júnia Marise, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, curioso e múltiplo o destino da tribuna parlamentar. A ela chegam os otimistas, os crençes, os que trazem mensagem de paz e compreensão. Não lhes bastam as realizações do passado, nem as galas do presente. Voltam-se, confiantes, para o futuro. Têm a boca cheia de promessas, o coração entupido de possibilidades. Outros sobem esses degraus, os

olhos plantados na realidade, entre tímidos e desencantados, para mesclar ilusões e desencantos. Terceiros expõem mágoas, sepultam propósitos, vêem ruir ilusões longamente acalentadas. Os Anais guardam essas manifestações, que acabam, quase todas, esquecidas no silêncio das bibliotecas.

Nos quarenta anos de atividade parlamentar, vivi momentos de alegria e de pesar, espalhei entusiasmo e recolhi revezes, semeiei esperanças e confessei decepções. Fui audaz e humilde, às vezes injusto, agressivo, cordato, irônico ou compreensivo. Aqui estou, neste momento, falando por uma geração, que se vai despedindo da vida, hoje um, outro amanhã, octagenários num embate derradeiro contra a morte. E não chego para cantar vitória. Venho confessar que, se não for encontrado depressa elixir capaz de prolongar a existência até um dia remoto, quem sabe se no século XXII, a geração que acreditou indispensável ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro a instalação de seu pólo petroquímico, estará no silêncio do túmulo, e dela restará apenas a inscrição esmaecida nas lápides encardidas dos cemitérios.

Em 1986, ao submeter meu nome à convenção partidária, para pleitear o governo do Rio de Janeiro, afirmei: — “Não se compreende que o Estado maior produtor de petróleo e de gás natural não reivindique a instalação em seu território de um pólo petroquímico e esteja ameaçado de não sediar a usina de amônia e uréia. “O pólo petroquímico se beneficiaria ainda da proximidade do porto de Sepetiba, privilegiado pelas vias marítima, ferroviária e rodoviária. Voltavam-se para o empreendimento as expectativas de próximo desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro: A localização em Itaguaí não era pacífica. Se havia quem a desejasse em Campos, já em 1987 era vetada sua instalação em Campos Eliseos, na Baixada Fluminense, nas imediações da Refinaria Duque de Caxias, por excesso de poluição.

Criada a Comissão do Pólo de Itaguaí, com investimento de US\$3,8 bilhões, teve sua pedra inaugural solenemente lançada pelo Presidente José Sarney, em 5 de abril de 1989. A esse tempo, o Pólo Petroquímico de Camaçari, que abrira à Bahia as portas de sua redenção econômica, lutava por sua ampliação. Também o candidato Alceu Collares desfraldaria, pouco depois, como bandeira de sua campanha governamental, a duplicação do Pólo de Triunfo. O ex-Governador do Rio de Janeiro desentendera-se com o Presidente da República.

Candidato ao Governo, o Sr. Leonel Brizola não via colisão entre os projetos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O Brasil, para ele, era muito grande, com enormes potencialidades. Podia tocar os dois, ao mesmo tempo.

Leio, entretanto, no *Jornal do Brasil*, de 15 de setembro último: — “No fim de 1990, quando Leonel Brizola, eleito governador, anunciou que rediscutiria o empreendimento e sua localização, a página do pólo começou a ser virada na história do estado — pelo menos até o fim do século vinte”.

O pólo de Itaguaí já havia consumido 30 milhões de dólares, e foi trocado por um minipólo, articulado pelo titular da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. O minipólo será abastecido com gás natural, em vez de nafta, e deverá reunir, informa o jornal, seis indústrias, além da Petroflex, Nitroflex e da Brascon.

Valho-me ainda do que escreve o referido matutino: — “Segundo a Petrobrás, cerca de US\$152 milhões (Cr\$63,8 bilhões) foram gastos no controle da poluição na refinaria e deverão ser gastos mais US\$19 milhões (Cr\$7,9 bilhões). Não é só o controle ambiental, porém, que condiciona a viabi-

lidade do minipólo ao lado da Reduc. para garantir o suprimento de 200 mil toneladas anuais de etano, estimados pela PetroRio, para a instalação de quatro a seis fábricas, a refinaria tem de processar mais gás natural. Para isso, a estatal tem de investir US\$110 milhões (Cr\$46,2 bilhões) na construção de uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) e na ampliação da existente. Esses recursos dependem, porém, de moderação nos cortes que o governo fará nos investimentos da Petrobrás, segundo o diretor comercial da estatal, Maurício Alvarenga”.

Importante é o depoimento de Adir Ben Kauss, Presidente da Feema: — “Não queremos ser a instituição responsável pelo atraso econômico do Rio de Janeiro, mas também não podemos permitir a degradação da região de Campos Eliseos”.

Destaco ainda um trecho da reportagem do *Jornal do Brasil*, de 30 de setembro passado: — “Do ponto de vista técnico, o Presidente da Feema observa que a região de Duque de Caxias já está saturada, desaconselhando qualquer novo projeto industrial. No entanto, considerando o quadro de crise econômica e ainda o fato de o pólo de Itaguaí ter ficado inviável no médio prazo, houve um esforço conjunto para viabilizar o minipólo petroquímico de Caxias”.

Para acelerar o minipólo, o Governo do Estado escolheu a dedo o doutor Carlos Mariani Bittencourt, Diretor-Presidente da Petroquímica da Bahia S.A., confiando-lhe a presidência da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro — AD-RIO.

Apesar de tudo, Sr. Presidente, eu que não sou acionista que qualquer empresa industrial, que não sou, nem fui ao longo de minha atividade profissional, advogado de Partido, que não sou proprietário senão dos sete palmos de terra que me aguardam no Cemitério São João Batista, ainda mantém a esperança de que ao menos minha filha pudesse assistir ao início da instalação, sabe Deus quando, do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Desse consolo acaba de me tirar a notícia que leio em *O Globo*, da última sexta-feira, 4 do corrente: — “A Companhia do Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Coperj) será extinta pelo Governador Leonel Brizola até o fim do ano. O Subsecretário de Indústria e Comércio do Estado, Eduardo Costa, será nomeado hoje liquidante da empresa”. O título da nota é expressivo: — “Réta final”.

Justo, pois, Sr. Presidente, que ocupe hoje esta tribuna para consignar o fim de um sonho, o da arrancada pela redenção econômica do Rio de Janeiro, com a instalação de seu Pólo Petroquímico, empreendimento, sem dúvida, prioritário. Antes mesmo do trecho em construção da Linha Vermelha, de que irão usufruir, preferentemente, com pedágio ou sem pedágio, os passageiros dos aviões que descerem no Aeroporto do Galeão, já que dela pouco se beneficiarão os usuários da congestionada Avenida Brasil.

Minipólo. Miniestrada. De mini em mini, que futuro aguarda o grande Estado do Rio de Janeiro?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Aureo Mello — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Iram Saraiva — José Eduardo — Júlio Campos — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Moisés Abrão — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Oziel Carneiro — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)
S. Ex^a declina da palavra.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 703, DE 1991

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno requiro a transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, edições dos dias 3 e 4 de outubro corrente, de autoria, respectivamente, de Dom Marcos Barbosa e Dom José Carlos de Lima Vaz, comemorativos do centenário de nascimento do escritor católico Jackson de Figueiredo.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1991. — **Marco Maciel**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Brasília, 3 de outubro de 1991.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex^a, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do País no período de 6 a 11 do corrente mês, para, em viagem à República do Chile, conhecer aspectos do modelo institucional do Setor Elétrico local, atendendo a convite de entidades privadas do setor de energia chileno.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — **Senador Teotônio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 1991

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução nº 76, de 1991, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — **Senador Maurício Corrêa**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte. (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 705, DE 1991

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
 - b) apresentação de condolências à família e ao Estado.
- Sala das sessões, 8 de outubro de 1991. — **Nelson Carneiro**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi sepultado, hoje, no Rio de Janeiro, o ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro. Faleceu aos 77 anos. Educador e político, Carlos Octávio era paraense de Belém, filho dos professores José e Alice Flexa Ribeiro. Veio para o Rio com 4 meses, e estudou no Colégio Andrews, em Botafogo, fundado por sua mãe e Isabel Andrews.

Formado em Direito em 1935 pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, participou do 1º Curso Superior de Formação de Professores criado por Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal (UDF).

Formado em História pela UDF, começou a dar aula até assumir a direção do Colégio Andrews, onde ficou até morrer.

Com a tese "Velasquez e o Realismo", ganhou o 1º lugar do concurso para cátedra de História da Arte e Estética da Faculdade Nacional de Arquitetura. Foi crítico de arte e grande incentivador de artistas plásticos, participando das bienais de Veneza e São Paulo. Colaborou com os então Deputados Carlos Lacerda e Santiago Dantas na elaboração do projeto da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Derrotado nas eleições para a Constituinte de 1960 foi Secretário e Cultura do governo Lacerda, até 1965. Depois de zerar o déficit de 100 vagas nas escolas públicas, criou o cargo de inspetor da obrigatoriedade escolar, começou o projeto de reorganização da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), fundou a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi) e foi o responsável pela realização dos Festivais Internacionais da Canção e de dois concursos internacionais de piano. Eleito deputado pela Arena, em 1966, recebeu licença para ocupar a diretoria geral do departamento de Educação da Unesco, onde ficou de 1967 a 1970, quando voltou e foi reeleito. Chegou a presidir a Comissão de Educação da Câmara. Foi parlamentar até 1978, quando se afastou da vida pública.

Deixou viúva a Sr^a Maria Helena Flexa Ribeiro e quatro filhos, que continuam na direção do tradicional Colégio Andrews, do Rio de Janeiro: Edgar, Carlos Roberto, Vera Maria e Pedro Augusto.

A esse servidor da educação, presto, Sr. Presidente, em nome dos que vivem no Rio de Janeiro, dos que aprenderam na lição da sua vida, o testemunho e a gratidão daquela gente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs.